



URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade

Diego Marques

diegoalvesmarques@usp.br | Universidade de São Paulo

Coreografias pedestres

Uma hipótese para repensarmos as caminhadas pelas cidades de Michel de Certeau na era da performance

Pedestrian coreographies

A hypothesis to rethink walks through the Michel de Certeau's cities in the performance age

Coreografías pedestres

Una hipótesis para repensar las caminatas por las ciudades de Michel de Certeau en la era del performance

Resumo | Abstract | Resumen

1. Se é de corpos e cidades que devemos falar¹

Talvez seja importante recordarmos a etimologia da palavra pedestre. O termo pedestre deriva do latim *Pedester* e pode ser traduzido para o português justamente como a pé. Ainda que a linguagem tenha transformado o vocábulo pedestre em sinônimo de corriqueiro, prosaico e modesto, a expressão pedestre parece ganhar outros níveis de complexidade quando se trata da relação corpo e cidade. Quando nos referimos ao ato de andar a pé pelas cidades empregando a palavra pedestre como um substantivo masculino comum ao invés de um adjetivo², nos colocamos diante de questões que aparentemente estão antes e para além da linguagem verbal, seja ela de natureza oral ou escrita. Embora o filósofo Michel de Certeau tenha conferido um sentido performativo para sua concepção de pedestre ao sentenciar que o ato de fala é para a linguagem aquilo que o ato de andar a pé é para as cidades, nos parece que o autor também incorreu no fonocentrismo característico aos teóricos da performance da linguagem, de acordo com alguns de seus críticos. Em seu clássico "A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer vol. I" (2008), Michel de Certeau nos convida a escutar a fala dos passos perdidos ao atribuir funções enunciativas ao ato de andar a pé pelas cidades, responsáveis pela ordenação de uma certa língua espacial, cujos percursos correspondem a uma série de modalidades específicas, agrupadas sob o nome de Enunciações Pedestres (CERTEAU, 2008).

Dessa forma, Michel de Certeau nos permite inferir que tais enunciações pedestres possuem uma certa correspondência com aquilo que o filósofo da linguagem John Austin denominou como Enunciados Performativos (1990). Isto porque, para o autor o ato de

¹ Em referência ao obituário do cineasta italiano Pier Paolo Pasolini (1922-1975).

² Aqui estamos nos referindo ao uso do termo pedestre como substantivo no e pelo senso comum em português, geralmente empregado como um substantivo masculino ainda que a palavra seja dicionarizada como substantivo e adjetivo de dois gêneros (HOUAISS; AURÉLIO) ou somente como adjetivo de dois gêneros (AULETE; MICHAELIS).

andar a pé pelas cidades consiste em um certo fazer-dizer pedestre na cidade. Nesse sentido, Michel de Certeau defende que tais enunciações pedestres promovem uma certa estilização do ato de andar a pé pelas cidades, ao produzirem um determinado fraseado especial. Porquanto, o ato de andar a pé pelas cidades exige uma espécie de arte de modelar os percursos semelhante à arte de moldar as frases, ao estabelecerem o que Michel de Certeau chamou de Retóricas Ambulatórias (CERTEAU, 2008). Trata-se de uma multidão de citações que emergem no e pelo ato de andar a pé pelas cidades, numa sequência de encontros que não cessam de alterar os percursos pedestres, ao passo que denotam tipos específicos de figuras de estilo, encarregadas de realizar uma dada transformação estilística do espaço urbano. Entretanto, se deslocarmos tal debate sobre o ato de andar a pé pelas cidades dos domínios do performativo para o âmbito da performatividade, verificamos que tal estilização ocorre *a priori* na materialidade do corpo propriamente dito.

De acordo com a filósofa Judith Butler, a performatividade pode ser definida como um estilo da carne, em uma alusão à filósofa feminista Simone de Beauvoir. A partir disso, a autora assevera que a performatividade decorre de uma certa estilização do corpo, visto que acarreta determinadas regulações dos movimentos, das ações e dos gestos corporais. Em seu livro Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade (2015), Judith Butler defende que a performatividade pode ser compreendida como uma repetição estilizada de atos corporais em uma determinada temporalidade social (BUTLER, 2015). Para a autora, performances são repetições estilizadas de atos corporais continuamente reiteradas nos e pelos próprios corpos em relação com um certo espaço tempo social. Dessa maneira, a performatividade apresenta o corpo como uma espécie de campo de batalha ao evidenciar os modos nos e pelos quais as repetições estilizadas de atos corporais concomitantemente estabilizam e instabilizam relações de poder nas e pelas

materialidades dos próprios corpos. Logo, a partir de tal noção de performatividade, podemos concluir que mesmo os supracitados atos de fala são aprioristicamente atos corporais, de modo que a contribuição feita por Judith Butler demonstra que o corpo aparece como um ponto cego nos debates acerca do performativo.

Ainda que nos pareça incorreto afirmar que o corpo aparece como um ponto absolutamente cego nas considerações feitas por Michel de Certeau, podemos apontar para uma espécie de esquecimento do corpo em seu elogio ao ato de andar a pé pelas cidades. Embora o autor tenha feito menção à experiência corporal cotidiana urbana, vide sua célebre referência ao corpo a corpo amoroso experimentado no e pelo ato de andar a pé pelas cidades, acreditamos que é importante repensarmos o enfoque estritamente linguístico nas discussões acerca do ato de andar a pé pelas cidades, uma vez que podemos compreender que as repetições estilizadas do ato de andar a pé pelas cidades consistem naquilo que denominamos como Performances Corporais Cotidianas Urbanas (MARQUES, 2017)³. Grosso modo, performances corporais cotidianas urbanas são responsáveis por promover estilizações do corpo bastante específicas que não pormenorizaremos aqui. Ao invés disso, nosso interesse é chamar atenção para o reconhecimento do ato de andar a pé pelas cidades como um traço da performatividade dos corpos cotidianos urbanos, o que conseqüentemente demanda que repensemos o estatuto do corpo nas relações que investem em um certo exercício de poder sobre o corpo, em detrimento do acionamento daquilo que o corpo pode com a cidade e em conformidade com aquilo a que em outra ocasião nos referimos como Poder Urbano (*Idem*).

³ Conforme procuramos demonstrar em nossa dissertação de mestrado.

2. Por que alguém é morto pelo jeito que anda a pé pela cidade?

Tal pergunta feita por Judith Butler em uma ocasião específica, nos oferece um ponto de partida importante ao procurarmos pistas que nos auxiliem a reposicionar o corpo nas discussões acerca do poder urbano. Sobretudo ao compreendermos que o ato de andar a pé pelas cidades expõe relações de poder que procuram determinar quais vidas podem ser negligenciadas, descartadas, exterminadas ou não. Nesse aspecto, o direito ao ato de andar a pé pelas cidades aparece como um ponto nevrálgico em muitos debates acerca da distribuição desigual da vida e da morte, que busca definir quais vidas são importantes ou não nas cidades contemporâneas – uma questão cujo uso do termo pedestre como um substantivo masculino comum no e pelo senso comum em português, nos permite entrever algumas das suas vicissitudes. A título de ilustração, aludimos ao cartaz de duas manifestantes que saíram às ruas ao lado de 300 mil mulheres, para reivindicar seus direitos enquanto mulheres, ocupando uma praça em frente ao congresso no dia 03 de junho de 2015, na cidade de Buenos Aires, na Argentina, ao participar de um movimento organizado pelas ditas redes sociais que ficou conhecido como *Ni Una Menos – Vivas nos queremos*.



Figura 1: Ni Una Menos – Vivas nos queremos! Buenos Aires, Argentina, 2015.
Crédito: Arquivo pessoal.

Quando se lê na foto acima a reivindicação do direito à vida associado ao direito de desejar andar a pé pelas cidades sentindo-se livre em detrimento de sentir-se corajosa; ou ainda, quando se observa duas mulheres que posam segurando seus cartazes improvisados em pedaços de papelão, comprimidas no que pode ser o canto de uma esquina, enquanto um homem branco parece andar a pé, cabisbaixo, tranquilamente perdido em seus pensamentos, com as mãos nos bolsos de um imponente casaco de frio; quem sabe, sejamos levados a questionar: quem são os praticantes ordinários que no e pelo ato de andar a pé nas cidades desafiam o poder tecnocrata, disciplinar e espetacular da administração urbana a que se refere Michel de Certeau? Para o autor, o ato de andar a pé pelas cidades *per se* configura-se como uma operação de resistência, considerando-se que tal prática constitui aquilo que ele denominou como Tática de Praticante (CERTEAU, 2008). Ainda segundo o próprio, o ato de andar a pé pelas cidades aciona táticas de resistência astuciosas, perspicazes e sobreviventes ao se inscreverem no rol

daquilo que ele também designa como Prática de Espaço (CERTEAU, 2008). Nessa perspectiva, o ato de andar a pé pelas cidades consiste em uma certa tática de resistência que opera de formas microbianas, minúsculas e multiformes ao assumirem aspectos plurais, singulares e dispersos, ao passo que afirmam uma certa familiaridade inquieta, uma dada vitalidade perturbadora, ou ainda, uma determinada inventividade desafiadora que se infiltra, pulula e se espalha pelas brechas da administração instrumental, espetacular e observadora das cidades.

Contudo, por mais que seja preciso nos mantermos críticos em relação ao entusiasmo do elogio feito pelo autor às táticas de resistência dos praticantes ordinários da cidade, é importante ressaltar que nossa intenção não é meramente descartar as contribuições, mas complicar as formulações de Michel de Certeau, de acordo com o que propõe a filósofa feminista Maria Lugones (2003). A partir da autora, consideramos prudente não confundirmos luxos políticos com resistência heróica. A despeito de Michel de Certeau ter mobilizado seu empreendimento teórico para demover a chamada arte dos fracos de qualquer entendimento que remetesse à passividade econômica, ao disciplinamento político e ao conformismo cultural, a centralidade que seu pensamento confere a determinadas dicotomias acabam reforçando diversas políticas do apagamento. Como é sabido, uma parte considerável da apologia feita por Michel de Certeau ao ato de andar a pé pelas cidades é sustentada por uma série de dicotomias que somente pontuaremos aqui: alto e baixo, distância e proximidade, espaço e tempo, luminosidade e opacidade, visão e cegueira, ativos e passivos, fortes e fracos, leitura e escrita, teoria e prática, pensamento e ação, poder e resistência etc. Por sua vez, tais separações aparecem como uma subdivisão de duas dicotomias primordiais para o desenvolvimento do pensamento do autor, a saber: estratégia e tática. Portanto, não é de todo surpreendente quando em uma análise atenta detectamos que nos pares opositivos elencados acima, a noção de estratégia

tende a estar frequentemente relacionada com os primeiros termos, enquanto o entendimento de tática geralmente aparece associado às segundas expressões.

Ao nosso ver, tais dicotomias parecem escamotear a complexidade da experiência corporal cotidiana urbana, uma vez que tais divisões se assemelham aos inúmeros disfarces da separação mente e corpo, o que resulta em um certo negligenciamento do papel do próprio corpo na atualização das relações de poder urbano no âmbito da vida cotidiana. Isto é, ao compreendermos o ato de andar a pé pelas cidades como performances corporais cotidianas urbanas, defendemos que o corpo não resiste a um poder que está fora dele, pois as tensões entre poder e resistência são performadas nos e pelos próprios corpos sempre em relação uns com os outros, no sentido mais amplo do termo, especialmente no que diz respeito aos fluxos e contrafluxos urbanos das cidades contemporâneas (BASTOS, 2017). De certa maneira, tal inferência faz eco à hipótese defendida pela supracitada Maria Lugones em seu livro *Pilgrimages/Peregrinages: theorizing coalition against multiple oppressions* (2003). Em um capítulo da sua obra, a autora realiza uma crítica à dicotomia estratégia e tática defendida por Michel de Certeau, ao reconhecer nessa separação uma espécie de cacoete típico de teóricos sociais que costumam conceber a si mesmos como aves em poleiros, uma vez que tendem a se perceberem como aqueles que observam, analisam e inventam a vida social a partir de uma posição desengajada da concretude das especificidades das relações sociais que examinam, o que não necessariamente implica em alguma forma de reclamar uma pretensa neutralidade ou imparcialidade política.

De modo mais ou menos explícito, tal vício delega aos estrategistas a posição dos pensadores teóricos, enquanto os táticos são acomodados nos locais das práticas corporais. Assim sendo, a dicotomia estratégia e tática produz uma determinada espacialização que confere ao estrategista um suposto poder de teorizar a

resistência, enquanto o tático permanece em uma espécie de prática resistente à teoria, o que acarreta o apagamento da possibilidade de emergência de teorias da resistência propriamente ditas. Sem pretendermos esmiuçar o arcabouço conceitual apreendido pela autora, nosso interesse reside precisamente em rompermos a dicotomia estratégia e tática, enquanto nos aproximamos daquilo que a própria definiu como Estratégica Tática (LUGONES, 2003).

Segundo Maria Lugones, o engajamento com práticas estratégicas táticas exige o esforço de tentarmos compreender por nós mesmos as potências da resistência ao poder das opressões, que operam tanto de modo entretecido quanto interligado. De acordo com a autora, o poder das opressões se entetece nos e pelos hábitos estratificados desde os mais baixos níveis de descrição corporal, ao mesmo tempo em que se interliga quando nos fragmenta na forma de indivíduos segmentados em categorias sociais. Para tanto, as práticas estratégicas táticas requerem atenção ao papel da performatividade do corpo no acionamento dos micro mecanismos do poder em constante relação com as micro criações da resistência, ou seja, trata-se aqui de observarmos de que modo a organização do movimento corporal no e pelo ato de andar a pé pelas ruas das cidades, pode nos auxiliar a compreendermos as estabilizações, desestabilizações e reestabilizações das formas de regulação sensório-motora, perceptiva e cognitiva como questões iminentemente políticas.

3. Se algumas vezes andar a pé pelo chão das cidades é arriscado

É importante recordarmos que 77 milhões de brasileiros declararam sentir medo ao andar a pé pelas ruas das cidades, segundo o último censo publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010. Foi a primeira vez que o IBGE investigou a sensação de insegurança da população em uma pesquisa cujos números demonstraram que quase metade das

brasileiras e dos brasileiros com mais de dez anos de idade, se sentia insegura ao andar a pé pelas ruas no início da década passada. De modo geral, a pesquisa apontou que o índice percentual da sensação de insegurança da população aumenta conforme os brasileiros se afastam da sua residência ao andar a pé pelas ruas das cidades, de maneira que o medo não parece estar necessariamente atrelado à questão da criminalidade. Embora a pesquisa apresente diversos matizes percentuais que levam em consideração as diferenças entre as cinco regiões do país, entre áreas rurais e urbanas e até mesmo entre homens e mulheres cis, sabemos que tal medo possui especificidades se levarmos em conta questões relacionadas à interseccionalidade entre etnia, gênero, classe e sexualidade, de modo que torna-se incontornável questionarmos: qual o papel do medo na organização do movimento corporal no e pelo ato de andar a pé pelas cidades, ou ainda, “que tipo de cidade produzirão os corpos que sentem medo de andar a pé pelas ruas?” (CARERI, 2017).

De acordo com o arquiteto Francesco Careri, andar a pé pelas ruas das cidades da América do Sul geralmente significa sentir medo: medo do urbano, medo do público, medo da coletividade, acima de tudo, medo do outro – quase sempre percebido como um inimigo em potencial (CARERI, 2013). O autor considera que tal medo urbano implica em evitar a qualquer custo expor o corpo andando a pé pelas ruas das cidades, especialmente durante a noite, de forma que determinados corpos devem manter-se sempre protegidos em suas casas, em seus carros, em seus locais de trabalho, em condomínios fechados, em *shoppings centers* etc. Ao sugerir que andar a pé pelas ruas das cidades sul-americanas passa a ser meramente um modo de satisfazer a necessidade de se deslocar de uma clausura a outra, nos parece que o autor esteja se referindo a um tipo bem específico

de pedestre: o transeunte⁴. Tendo em vista a multiplicidade de coreografias pedestres performadas por ambulantes, pedintes, catadores, artistas de rua, flanelinhas etc., as quais não detalharemos aqui, acreditamos que os transeuntes são aqueles que circulam reféns do medo urbano instilado pelo conluio estabelecido entre uma parcela da sociedade civil, a mídia hegemônica e o mercado, isto é, são aqueles que permanecem sequestrados por um terror sem fim no esforço de se prevenir de um fim aterrador (INVISÍVEL apud MARQUES, 2017). Nesse sentido, andar a pé pelas ruas das cidades da América do Sul torna-se uma prática social passível a todo tipo de subalternização simbólica, econômica, política e cultural de forma a configurar uma espécie de fenômeno antiperipatético abaixo da linha do Equador, a medida em que andar a pé pelas ruas das cidades sul-americanas sem obedecer a um itinerário, um trajeto, ou mesmo um percurso específico, implica em ser imediatamente identificado como marginal, vadia, mendigo, morador em situação de rua, sem teto, bandido, dentre outros (CARERI, 2003).

Diante disso, podemos constatar que os transeuntes costumam andar a pé pelas ruas das cidades sequestrados por um amplo espectro de medos urbanos, cuja principal característica é ocasionar diferentes graus de comprometimento da capacidade de estabelecermos qualquer tipo de relação, vínculo ou destino compartilhado de modo mais ou menos permanente com os outros urbanos, de acordo com a historiadora Denise Bernuzzi de Sant'anna (2001). Já o sociólogo Richard Sennett (2008), aponta que os transeuntes andam a pé pelas ruas das cidades unicamente voltados para os seus interesses individuais, pessoais e privados, enquanto procuram se salvaguardar de qualquer tipo de contato com os outros

⁴ Embora seja tomado no senso comum como o pedestre por excelência, é importante frisar que o transeunte consiste em um tipo específico de pedestre que anda a pé pelas cidades obedecendo imperativos da ordem da circulação, da impessoalidade etc. e, por isso, consiste em uma invenção sociocultural bastante específica. Ver mais em Frehse (2011).

imediatos, mediante a uma certa obediência à lógica da celeridade inerente aos meios de transporte urbano e aos meios de comunicação digital, o que tende a promover níveis cada vez mais radicais de empobrecimento da experiência corporal cotidiana urbana – a exemplo da chamada atitude *blasé* identificada pelo sociólogo Georg Simmel na vida cotidiana urbana, já no começo do século XX no continente europeu. De acordo com a arquiteta e urbanista Paola Berenstein Jacques (2012), tal radicalização do empobrecimento da experiência corporal cotidiana urbana corresponde a uma espécie de domesticação, depauperação e homogeneização da sensibilidade corporal, cujos aspectos mais nefastos aparecem na promoção de uma dada esterilização da experiência da alteridade urbana, disfarçados em uma pretensa indiferença que se espalha de forma epidêmica – ao nosso ver, o que não se trata de outra coisa senão do triunfo do denominado Individualismo Urbano (SENNETT apud MARQUES, 2017).

Nesse viés, para andar a pé pelas ruas das cidades reféns dos diversos aspectos dos medos urbanos, é imprescindível que os transeuntes sejam obedientes aos imperativos da automobilidade da circulação, na qual a ultrapassagem torna-se uma espécie de regra de ouro: não mais que de repente, é como se os espaços tempos urbanos tivessem sido feitos única e exclusivamente para os transeuntes, por mais que nem mesmo os automóveis propriamente ditos consigam circular com facilidade nas cidades que não dormem porque não podem parar. Dessa forma, os transeuntes andam a pé pelas ruas das cidades reféns dos medos urbanos, conforme submetem-se à lógica da automobilidade subjacente ao ideário da suposta livre circulação, o que pode ser entendido como uma espécie de corolário do privilégio das ditas liberdades individuais em prejuízo de demandas de âmbito coletivo – fato que não encontra qualquer precedente histórico quando se observa a vida cotidiana nas cidades, conforme apontaremos a seguir.

4. Circulando, circulando, circulando

Circular parece ser o preceito que melhor traduz uma certa ideia de automobilidade, compreendida como uma espécie de lógica coreográfica preponderante quando observamos o modo como os transeuntes organizam o movimento corporal ao andarem a pé pelas ruas das cidades. A partir do conceito de Coreografia Social desenvolvido pelo pesquisador e professor Andrew Hewitt (2005), o teórico da Dança Contemporânea e da Performance André Lepecki (2011) argumenta que tal inferência parte do pressuposto de que nossas concepções de coreografia não podem permanecer restritas a determinados entendimentos de representação artística. Isto é, a percepção de que o coreográfico corresponde a uma certa alegoria, a uma dada analogia, ou ainda, a uma determinada metáfora de um contexto social específico. Ao invés disso, o autor propõe que é indispensável reconhecermos o ímpeto antimetafórico do coreográfico, dada sua aptidão profundamente materialista para dispor os modos como os corpos organizam o movimento nos e pelos próprios corpos sempre em relação uns com os outros em um determinado espaço tempo presente (LEPECKI, 2011).

Nessa perspectiva, a coreografia exerce sua força crítica em virtude da sua capacidade imanente de teorizar o contexto social no qual ocorre, exatamente ao entender o movimento como um tipo particular de pensamento, uma vez que o movimento corporal consiste em um elemento fundamental na disposição das relações sociais, sejam elas de ordem somática, linguística, sexual, étnica, de gênero, afetiva, ética, estética, econômica, política etc. Portanto, se estivermos de acordo que a noção de coreografia consiste em uma prática epistemológica em que realizamos um tipo de empirismo bastante singular, talvez possamos admitir a hipótese da emergência daquilo que chamaremos aqui de Coreografias Pedestres. Isto é, a

noção de Coreografia Pedestre⁵ consiste no reconhecimento de que a performatividade do corpo cotidiano urbano está diretamente atrelada ao modo como organizamos o movimento corporal ao andarmos a pé pelas ruas das cidades, antes e para além de qualquer atributo estritamente textual, seja ele de ordem oral ou escrita. Dessa forma, pensarmos em coreografias pedestres em detrimento de qualquer referente texturológico⁶, conforme pressupõem as acepções de enunciação pedestre, ou mesmo, de retórica ambulatória, forjadas no arcabouço teórico desenvolvido por Michel de Certeau, permite trazeremos de fato a política para a rés do chão urbano, tal qual preconizava o próprio autor. Isto porque, nos parece que a noção de coreografias pedestres nos permite verificar aquilo a que André Lepecki se refere como políticas do chão: as formas nas e pelas quais os corpos transformam o chão em que pisam, bem como, os modos nos e pelos quais o chão transforma os corpos que sustenta.

De acordo com o autor, tal acepção de coreografia nos permite observar políticas do chão, pois estabelecem o que ele denomina como Planos de Composição Coreográfica no instante em que os corpos organizam, desorganizam e reorganizam o movimento enquanto são orientados, desorientados e reorientados pelo chão, o que imediatamente faz com que toda coreografia corresponda a uma Topocoreopolítica, ou seja, justamente a possibilidade de deixar o chão orientar o movimento, direcionar os gestos, conduzir as ações corporais (LEPECKI, 2011). A partir disso, a noção de Coreografia Pedestre nada mais é senão um modo de estabelecermos uma topocoreopolítica, ao verificarmos as implicações políticas dos modos de organização do movimento corporal quando andamos a pé pelo chão do urbano contemporâneo. Conforme procuramos

⁵ Tal ideia tem sido elaborada na pesquisa de doutoramento desenvolvida com bolsa de pesquisa referente ao processo 2018/18812-5, concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

⁶ A saber, o termo texturologia é uma metáfora utilizada pelo próprio Michel de Certeau para se referir à articulação de tramas, texturas e textos gráficos responsáveis pela compreensão superficial, imprecisa e, até mesmo, equivocada da cidade como uma espécie de todo.

demonstrar até aqui, podemos verificar que o poder urbano parece fazer um certo conluio entre o medo e a indiferença, afetos que colocam em circulação uma dada fantasia de automobilidade que qualifica o movimento corporal dos transeuntes que andam a pé pela *urbe*.

A medida em que tal fantasia da automobilidade está pautada em uma certa crença de que transeuntes se movem por conta própria, sem qualquer interferência externa, André Lepecki afirma que tal delírio cinético parece estar marcado por uma espécie de duplicidade: de um lado, o chão das cidades contemporâneas se apresenta como o espaço tempo em que os corpos, os meios de transporte, os bens e a informação supostamente podem circular livremente. De outro, a superfície das cidades contemporâneas é frequentemente compreendida pelo senso comum como uma topografia pretensamente neutra, sempre disponível para sustentar todo tipo de verticalização, responsável justamente por fazer do espaço tempo urbano o palco para a dita livre circulação.

A despeito do autor declarar que o chamado *Flaneur* e o automóvel sejam os dois grandes automoventes da modernidade, propomos aqui a introdução de um terceiro elemento: o transeunte, enquanto aquele que privilegia a fantasia da automobilidade como a principal lógica de organização das suas coreografias pedestres. Em referência à argumentação que desenvolvemos acima, acreditamos que os transeuntes podem igualmente ser vistos como emblemas da suposta autonomia cinética dos cidadãos, ao obedecerem aos imperativos da automobilidade exigidos pelo estado de mobilidade perpétua característico à modernidade, de acordo com a definição desenvolvida por filósofos como Peter Sloterdijk (2004), para quem, vale pontuar, o projeto moderno se distinguiria exatamente pela necessidade de uma espécie de mobilização infinita. Nesse sentido, inferimos que os transeuntes andam a pé pelo chão das cidades ao atualizarem uma coreografia pedestre responsável por reproduzir uma lógica cinética insuportavelmente cansativa, ao lançar mão da

violência da indiferença no enfrentamento do medo urbano, ao passo que transformam o chão do urbano no espaço tempo de um espetáculo frenético, fatigante e fútil, uma vez que, as cidades passam a ser entendidas como mero palco para a *pseudo* livre circulação dos emblemas do autônomo (LEPECKI, 2011).

Se atualmente as cidades são o palco principal onde se desenrolam as tramas da vida da grande maioria da humanidade, para além de concluirmos com André Lepecki que ser reconhecido como humano é ao mesmo tempo ser considerado urbano, talvez seja igualmente relevante questionarmos: de que maneira o delírio da livre circulação no chão do urbano tem agenciado a desumanização promotora de todo tipo de subumanização em nome de uma autonomia que, não raramente, torna cinzentas as distinções entre uma repisada superioridade humana e uma almejada pós-humanidade?⁷ A constatação de que os transeuntes são responsáveis por coreografias pedestres nas e pelas quais replicam a ficção do individualismo urbano, sustentada pela indiferença, pela apatia e pela dissociação em relação aos outros urbanos, em nome da ilusão da livre circulação autônoma nas superfícies das cidades contemporâneas, aparentemente convoca a necessidade de uma reconsideração urgente sobre a ligação quase ontológica entre movimento e urbanidade que povoa o imaginário político ocidental (LEPECKI, 2011). Caso queiramos de fato enfrentar os impasses éticos, estéticos e políticos colocados pelos transeuntes nas e pelas coreografias pedestres que se confundem com uma espécie de sonambulismo em meio a um devaneio cinético, o próprio André Lepecki nos oferece uma importante pista ao argumentar que a indiferença violenta mobilizada para se proteger da dita violência da diferença, faz do policiamento sua operação magna a fim de colocar em movimento a pretensa autonomia da livre circulação no chão do

⁷ A despeito da infinidade de definições atribuídas ao termo pós-humanidade, estamos utilizando a expressão aqui em referência às vertentes que defendem uma dada superação das ditas limitações psicofísicas através do exercício do controle tecnológico da própria evolução biológica da espécie humana. Ver mais em [Villaça \(2020\)](#).



urbano, no exercício do direito individual da suposta liberdade de ir e vir, conforme veremos a seguir.

5. Quando se diz que andar a pé pelas cidades é um sacrifício

Normalmente se atribui o esforço sacrificial ao enfrentamento de obstáculos associados ao que chamamos de infraestrutura urbana⁸. Nesse viés, o sacrifício é estritamente relacionado aos constrangimentos sofridos na lida com deficiências no âmbito da pavimentação, da dimensão, da iluminação, da sinalização e da acessibilidade das calçadas, o que por si só já é bastante problemático. Isto pois, como as calçadas são parte integrante do espaço tempo urbano, a manutenção da sua infraestrutura é crucial para que sejam atendidas as necessidades de todos os cidadãos, conforme prevê os chamados Direitos dos Pedestres, de acordo com o que está estabelecido na lei 9.503/97 do Código de Trânsito Brasileiro. No entanto, a noção de sacrifício pode igualmente nos ajudar a pensarmos sobre aquilo que é sacrificado quando os transeuntes imputam a automobilidade em suas coreografias pedestres no chão do urbano contemporâneo.

Como vimos, a medida em que para os transeuntes a automobilidade aparece como a lógica de composição do plano coreográfico pedestre, verificamos a emergência de uma certa política do chão, que não é outra coisa senão um dado policiamento repressivo. Trata-se de um certo poder de policiamento dos corpos, exercido nos e pelos próprios corpos em permanente relação uns com os outros nos fluxos e contrafluxos pelos espaços tempos urbanos. Nessa perspectiva, André Lepecki atenta para o papel da polícia enquanto uma instituição estatal moderna indispensável para a garantia de uma certa administrabilidade, cuja função elementar é assegurar a manutenção da ordem da dita livre circulação pelas

⁸ A fim de evitarmos as armadilhas do chamado Capacitismo, cabe ressaltar que tais obstáculos se impõem de modo ainda mais severo para as pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Ver mais em Dias (2013).

idades. Para tanto, a polícia exerce o poder de determinar os sentidos de transgressão da suposta livre circulação autônoma pelo chão do urbano contemporâneo, ao colocar em suspeição o movimento corporal de quem quer que esteja se movendo onde, quando e como um cidadão supostamente sensato não deve mover-se.

Dessa maneira, a polícia atua como um vetor de força que faz confundir cidadão e transeunte ao transformar tal coreografia pedestre em uma espécie de passaporte para a suposta livre circulação nas cidades contemporâneas, de forma que, quando os corpos cotidianos urbanos performam quaisquer outras lógicas coreográficas pedestres, estes são imediatamente enquadrados como responsáveis pelos chamados movimentos suspeitos.

Geralmente, trata-se de outros modos de organizar o movimento corporal no e pelo próprio corpo ao andar a pé pelo chão do urbano, que tendem a compor outros planos coreográficos pedestres, conforme estabelecem outras topocoreopolíticas a exemplo das históricas Vadiagens, dos famosos Rolezinhos, ou mesmo, das chamadas Errâncias Urbanas no campo da arte contemporânea. Diante disso, a elaboração de uma teoria cinética da polícia nos permite entrever seu papel iminentemente coreográfico, fundamental para aquilo que André Lepecki conceitua como Coreopólicia: a regulação sensório motora da circulação dos corpos, bem como, da circulação da informação, dos bens e dos meios de transporte pelo chão do urbano contemporâneo (LEPECKI, 2011).

Ao contrário do que talvez muitos de nós gostaríamos de imaginar, o coreopolicamento não consiste em uma atividade exclusiva de instituições policiais mantidas pelo Estado, a fim de garantir a aplicabilidade das leis. Através de um diálogo com o conceito de polícia elaborado pelo filósofo Jacques Rancière (2010), André Lepecki assevera que reconhecer a atribuição coreográfica da polícia implica em admitir que o coreopolicamento é um elemento que já está dado na organização da circulação pelo chão do urbano

propriamente dito. Logo, assumir a hipótese de que a polícia coreografa, exige o reconhecimento de que o coreopolicamento não é apenas responsável por fazer a manutenção dos modos de circulação pela *urbe*, ao procurar garantir que tudo e todos circulem da maneira que são violentamente interpelados para circular. Isto pois, a função coreográfica da polícia faz do coreopolicamento um modo de assegurar que cada um de nós se mova completamente alheio, indiferente e cego em relação àquilo que nos leva a nos movermos pelo chão do urbano – o que por si só coloca em xeque a noção de autonomia e de liberdade, tão caras para a fantasia da automobilidade subjacente à ideia da dita livre circulação. Dessa maneira, ao observarmos as coreografias pedestres dos transeuntes, verificamos a emergência de um coreopolicamento repressivo exercido na e pela organização insensata e insensível do movimento no e pelo próprio corpo, responsável pela reprodução de uma série de automatismos sensoriais-motores, perceptivos e cognitivos aos quais denominamos Anestésica Corporal Urbana (MARQUES, 2017).

Em linhas gerais, trata-se de um certo anestesiamiento sensível da experiência corporal cotidiana urbana, a partir da configuração de um dado regime perceptivo-cognitivo em nome de uma determinada anatomia política indispensável para a regulação do individualismo urbano. A obsessiva regulação da proxêmica corporal na manutenção de uma co-observação policialesca durante as coreografias pedestres dos transeuntes, como se estes paradoxalmente obedecessem cegamente ao imperativo “olhe por onde anda!”, pode ser lida como um traço do que estamos chamando aqui de anestésica corporal urbana. Em última instância, a anestésica corporal urbana é justamente aquilo que de certo modo sacrifica nossa capacidade política de nos movermos, de nos mobilizarmos, de agirmos com os outros urbanos, o que culmina em tomarmos o chão do urbano como um dado da natureza, ao abandonarmos a responsabilidade sócio-histórica da coexistência com as cidades à sua própria sorte. Assim, a anestésica corporal

urbana encontra seu maior emblema no transeunte que performa suas coreografias pedestres ao atualizar o delírio policial da circulação, ou seja, ao internalizar no e pelo movimento corporal a coreografia da polícia na e pela predeterminação de uma cinética dos ditos cidadãos de bem. O que não é outra coisa senão a mera reprodução da circulação de um suposto bom senso pelo chão das cidades, em uma tentativa de homogeneizar, consensualizar e domesticar a experiência corporal cotidiana urbana sensível – a reiteração de hábitos corporais que procuram exaurir tudo aquilo que lida com o que não é da ordem do mesmo, ao colocar a alteridade à sombra de uma dada concepção de cidadania, tal qual discutiremos adiante.

6. Se caminhar é um perigo e respirar é uma façanha nas grandes cidades do mundo ao avesso (GALEANO, 2018)

Quem sabe, a noção de anestésica corporal urbana possa ser compreendida como um indício de uma certa concepção de cidadania. Isto é, a anestésica corporal urbana aparece como os restos da anatomia da desumanização sofrida pelos transeuntes, em suas coreografias pedestres desesperadas para garantir a qualquer custo as supostas liberdades individuais prometidas pelos extremismos de uma dada ideia de cidadania, conforme antecipamos a morte em vida. Dessa forma, talvez valha a pena nos questionarmos: o que a anestésica corporal urbana revela acerca do condicionamento das nossas condutas às lógicas coreopoliciais exigidas pela exaustiva reprodução de “uma (i)lógica da racionalidade irracional neoliberal?” (LEPECKI, 2016). Pois, se na última década testemunhamos uma espécie de radicalização do chamado Neoliberalismo, tal processo está intrinsecamente relacionado com a sua capacidade de aderência nos e pelos condicionamentos corporais em que conduzimos nossas condutas nas mais diversas esferas da nossa vida social. Aparentemente, tal (i)lógica da

racionalidade irracional neoliberal ganha proporções hegemônicas justamente ao se infiltrar, ao permear e ao sequestrar o sentido dos movimentos, das ações e dos gestos, em suma, a finalidade das nossas condutas corporais – desde o nível micro até o macroscópico (*Idem*).

Dessa forma, acreditamos que as condições dos condicionamentos neoliberais tornam a (i)lógica da sua racionalidade irracional dominante até mesmo quando os transeuntes compõem seus planos coreográficos pedestres pelo chão das cidades. Conforme procuramos apontar, os princípios coreopoliciais nos e pelos quais os transeuntes conduzem suas coreografias pedestres correspondem a um certo desejo, a um dado projeto, a um determinado modelo de sujeito cujas performances são indispensáveis para a formação de uma cidade de indivíduos dispersos e isolados. Nesse aspecto, André Lepecki salienta que tal (i)lógica da racionalidade irracional neoliberal deve sua força de permeabilidade, aderência e reiteração à natureza daquilo que ele denomina como Capitalismo Cinético (LEPECKI, 2016). Isto é, a noção de capitalismo cinético se refere justamente à aptidão do capitalismo neoliberal para se radicalizar através de uma espécie de ímpeto cinético, ao procurar precisamente estabelecer as condições de mobilidade encarregadas de promover as suas formas de dominação, exploração e alienação, conforme procuramos indicar em nossa breve análise das coreografias pedestres dos transeuntes.

Em diálogo com os pesquisadores Fred Moten e Stefano Harney, André Lepecki demonstra como o capitalismo cinético mobiliza o par colonialidade e modernidade ao funcionar mais de modo logístico do que propriamente estratégico, pois a (i)lógica da racionalidade irracional neoliberal busca fazer o gerenciamento, a administração e o controle dos movimentos de sujeitos e objetos, ao replicarem os moldes daquilo que foi feito pelo chamado Comércio Atlântico de Escravizados. De acordo com Fred Moten e Stefano Harney, a logística moderna foi fundada com a primeira grande

circulação de mercadorias – as mercadorias que falavam. Para tanto, a logística moderna promoveu a circulação brutalmente forçada de corpos, objetos, afetos e informações através do envio, transporte e entrega pelos quais despachava populações logísticas compostas por assujeitamentos sem sujeitos, mantidas sob a permanente ameaça do extermínio definitivo. Consequentemente, os autores declaram que a logística moderna, colonial e capitalista foi fundada com os porões do comércio atlântico de escravizados e contra os escravizados do Atlântico (HARNEY; MOTEN, 2013). Por conseguinte, inferimos que a (i)lógica da racionalidade irracional neoliberal operacionaliza seu ímpeto cinético através de uma logística que sequestra os movimentos, ações e gestos corporais, a fim de estabelecer modos de relação neocoloniais, neo-escravocratas, neorracistas por exemplo, ao conduzir as coreografias pedestres dos transeuntes em coreopoliciaamentos que predeterminam suas circulações em espaços tempos específicos, conforme procura enquadrar qualquer outra lógica coreográfica no chão do urbano com a pecha de movimento suspeito. Desse modo, a partir da noção de coreografias pedestres podemos entrever o papel da organização do movimento no e pelo corpo transeunte subserviente a ilusão de ser um indivíduo que se move de modo livre e autônomo, que não serve de outra coisa senão para oferecer uma espécie de disfarce ao ímpeto cinético que sequestra os movimentos, os gestos, as ações corporais, ao condicioná-las às demandas de desempenho, produtividade, rendimento, ou ainda, de uma certa performance exigida pela radicalização neoliberal. Nesse viés, vale mencionar que a própria noção de performance atingiu um certo paroxismo nas correntes transformações do capitalismo, nas quais temos sido interpelados para trabalharmos excessivamente, diante do risco de desaparecermos em meio a uma população considerada supérflua, dispensável e excessiva – conforme demonstram os números do último censo da população em situação de rua, feito pela Prefeitura da Cidade de São Paulo e divulgado no início de 2020, segundo o

qual 24.344 pessoas vivem completa ou parcialmente em situação de rua na capital; o maior número já registrado desde 2000, ano em que o referido censo começou a ser publicado.

De certo modo, o paradoxo da performance pode ser vislumbrado como uma espécie de investida contra quem ameace existir sob o signo do ócio, do fracasso e da vagabundagem, para aludirmos a alguns dos estigmas enfrentados pela população em situação de rua. Isto porque, o termo performance aparece na tensão gerada pelo seu uso como definição de uma categoria estética de resistência política, ao mesmo tempo em que a palavra performance passou a ser empregada como sinônimo de eficiência, desempenho e produtividade pela logística organizacional característica ao capitalismo neoliberal. Consequentemente, o vocábulo performance passou a denotar atividades que vão do experimental até o normativo: desde o comportamento de um morador em situação de rua até a avaliação do desempenho de um funcionário no ambiente corporativo de uma empresa. Isto é, a palavra performance é utilizada para se referir desde as formas de resistência que denunciam os vários abusos cometidos pela cultura dominante até os modos de controle que promovem certos tipos de dominação cultural.

Nesse aspecto, a performance tem sido transformada em uma espécie de paradigma para a radicalização do neoliberalismo, frente ao desenfreado interesse em regular a performatividade dos corpos como via privilegiada de reprodução no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, daquilo que tem sido chamado de Era da Performance (LEPECKI, 2016). Diante disso, as coreografias pedestres dos transeuntes no chão do urbano na era da performance nada mais são senão reiteraões dos hábitos corporais que obedecem aos imperativos de individualização exigidos pelas performances de um tipo bem específico de cidadania, conforme veremos mais adiante. Por ora, cabe frisar que ao conduzirem suas coreografias pedestres sob as lógicas compulsórias da

automobilidade, do auto investimento, da autossatisfação e da autorrealização supostamente garantidas no e pelo exercício das ditas liberdades individuais, nos parece que os transeuntes colocam em xeque a ideia de que o ato de andar a pé pelas cidades consiste em uma operação de resistência *per se*, conforme proposto por Michel de Certeau.

Isto porque, acreditamos que mesmo a potência da performatividade do ato de andar a pé pelas cidades tem sido cooptada pelo poder de uma certa economia da performatividade, cuja finalidade é garantir uma determinada performance da economia. Trata-se daquilo que tem sido designado pelos teóricos Koray Caliskan e Michel Callon como Economicização, isto é, a aptidão do neoliberalismo em converter todas as atividades, domínios e esferas da vida em âmbitos econômicos, ao sujeitá-los a expectativas em torno da comoditização, da monetarização e do lucro (CALLON; CALISKAN apud BROWN, 2018). A título de exemplo, podemos apontar para o processo de economicização das coreografias pedestres dos transeuntes em nome no que tem sido chamado de Cidades Caminháveis, definição que aparece no título do livro do urbanista Jeff Speck, publicado no Brasil no ano de 2016. Na obra, o autor realiza uma análise do processo de urbanização de grandes e médias cidades estadunidenses, especialmente no que concerne à cidade de Portland, localizada no estado de Oregon, região noroeste dos Estados Unidos, a fim de defender a hipótese de que o transeunte deve ser tomado como uma espécie de medida para a organização da circulação nos grandes centros urbanos. Para tanto, Jeff Speck emprega o termo pedestre como sinônimo de transeunte, a medida em que este é transformado no principal referente em sua exposição em prol do ato de andar a pé pelas cidades, ao desenvolver um aspecto central para sua argumentação: a formulação de uma Teoria Geral da Caminhabilidade (SPECK, 2016). Para além de aspectos relacionados a questões das esferas da saúde e do meio ambiente, o autor afirma que os parâmetros de

caminhabilidade impactam de modo determinante o desempenho econômico dos grandes centros urbanos de uma cidade. Nesse sentido, Jeff Speck apresenta uma série de números, dados, métricas, mensurações, cronometragens, índices, porcentagens e valores ao defender que o investimento na caminhabilidade é uma estratégia mais eficaz para o desenvolvimento econômico do que a obsoleta obsessão em organizar polos industriais, tecnológicos ou universitários nos grandes centros urbanos.

Ainda nesse aspecto, o autor demonstra como os próprios transeuntes procuram gerenciar, controlar e administrar taxas, índices e medidores que demarcam os perímetros da caminhabilidade em determinadas regiões de cidades específicas, através da utilização de uma série de aplicativos em seus dispositivos móveis. Por sua vez, os dados gerados nesses aplicativos são utilizados pelos transeuntes para predeterminar os trajetos por onde irão circular pelos centros das grandes cidades, a fim de otimizarem o uso de esforços físicos, tempo, dinheiro etc. que passam a ser entendidos como recursos. Não obstante, tais dados também são minerados por economistas que procuram fazer uma certa contabilidade das coreografias pedestres dos transeuntes, ao relacionarem os dados coletados com a diminuição do tempo dos trajetos feitos anteriormente com o uso de automóveis e com o aumento da renda *per capita* dos habitantes de uma determinada região urbana, de modo a estimularem o oferecimento de serviços e bens em localidades onde agora as coreografias pedestres dos transeuntes colocam em circulação os recursos economizados.

Caso contrário, o próprio Jeff Speck questiona: o que explicaria a proliferação de cafés, restaurantes, livrarias, clubes de *strip tease* em cidades caminháveis como Portland? Ainda segundo o autor, não à toa, Portland é a cidade estadunidense que mais gasta com todo tipo de lazer e recreação, inclusive, com o consumo de álcool, o que para o autor não deixa de ser um investimento na economia local. A conclusão de Jeff Speck é a de que aquilo que estamos chamando

aqui de coreografias pedestres dos transeuntes configuram uma espécie de investimento, tendo em vista que o declínio da cultura do automóvel diante da ascensão da cultura pedestre nas cidades caminháveis está diretamente associada ao dito processo de reconstrução, regeneração e revitalização dos grandes centros urbanos: aumento de investimentos no mercado imobiliário, a diminuição do tempo de vacância na locação de imóveis, o crescimento no faturamento dos empreendimentos da região, melhorias nas fachadas do comércio, das residências e das instituições públicas e o incremento do número e da variedade de serviços de consumo, de lazer e culturais oferecidos no local – em outros termos, aquilo que tem sido chamado de Gentrificação.

Ao colocar as perguntas: como foi projetada a sua cidade? Foi projetada para os automóveis ou para as pessoas? O autor afirma que uma cidade caminhável é uma cidade que utiliza o transeunte como medida, porque é uma cidade pensada na escala da pessoa. Desse modo, não custa nada lembrar, pessoa é o nome que se dá àquela ou àquele que é entendido como um sujeito de direitos e deveres na área do Direito. Se estivermos de acordo que é justamente devido à ausência, ao abandono e ao desmonte de direitos fundamentais básicos que populações inteiras passam a viver em situação de rua andando a pé pelas cidades, por exemplo, poderíamos igualmente questionar: quem é considerado – ou não – pessoa no chão do urbano contemporâneo na era da performance? O que talvez equivaleria a fazer a seguinte indagação: tais cidades são caminháveis para quem? Ao se referir a um considerável aumento na população universitária da cidade de Portland, o autor afirma que tais jovens, bonitos, saudáveis e com alto nível educacional foram atraídos para a cidade devido à qualidade de vida oferecida pelas medidas implantadas em benefício da caminhabilidade. Ao nosso ver, é como se para Jeff Speck uma cidade caminhável fosse única e exclusivamente coreografada pelos

transeuntes da chamada Geração Y, a qual o próprio autor se refere como os motores do empreendedorismo.

Embora Jeff Speck faça menção que andar a pé pelas ruas seja primordial para o estabelecimento de relações sociais de qualquer tipo, é importante salientarmos que o enfoque economicista do conceito de caminhabilidade privilegia diversas formas de atualização do contrato dinheiro e mercadoria, tornando insípida, rarefeita e inócua qualquer outra possibilidade de acionamento da co-presença corporal cotidiana urbana no e pelo chão do urbano contemporâneo. Tal ponderação parece se tornar ainda mais relevante se observarmos que o subtítulo do livro *Cidades Caminháveis*, suprimido da tradução para o português, promete explicar como os grandes centros urbanos podem salvar os Estados Unidos da América, com um passo de cada vez (SPECK, 2012). A partir da perspectiva da economicização neoliberal, consideramos que o conceito da caminhabilidade compreende as coreografias pedestres dos transeuntes como um conjunto de condutas condicionadas por aquilo que a cientista política e professora Wendy Brown denominou *Cidadania Sacrificial* (BROWN, 2018). A cidadania sacrificial é resultado daquilo que chamamos aqui de (i)lógica da racionalidade irracional neoliberal, encarregada de promover a economicização de todas as esferas da vida, acima de tudo, ao transformar o que é da ordem do humano em capital humano, através da proliferação de um modelo de sujeito que conduz as suas próprias condutas, como se ele fosse uma espécie de empreendedor de si mesmo, isto é, como se ele próprio fosse uma empresa.

Nesse viés, Wendy Brown argumenta que tais sujeitos conduzem suas condutas como se fossem investidores de si mesmos, ao obedecerem a uma coleção de normativas estabelecidas por si próprios que tornam tênues os limites entre proibição, regra, lei e motivação pessoal, ao preconizarem a iniciativa individual como um projeto de vida. Diante disso, cremos que a noção de caminhabilidade demonstra como mesmo as coreografias pedestres

dos transeuntes podem ser compreendidas como uma certa prática de investimento em si mesmo. Assim, transeuntes são confundidos com empresas individuais nas quais as noções de empregabilidade e cidadania se borram em modos de pertencimento associados a noções como equipe, time e corporação, cuja finalidade última é emancipar os indivíduos de qualquer tipo de regulação estatal ou formação de vínculos pautados em noções de cumplicidade, solidariedade e amizade com os outros urbanos. A partir de Wendy Brown, podemos pensar que a emergência da anestésica corporal urbana nas coreografias pedestres dos transeuntes denuncia um modelo de cidadania neoliberal em que os indivíduos estão supostamente livres para cuidarem de si mesmos, ao serem formalmente liberados da interferência legal em suas escolhas, decisões e preferências, desde que permaneçam identificados, integrados e implicados moralmente com os sacrifícios nacionais-teológicos necessários para garantir a eterna melhoria da performance da economia da nação (BROWN, 2018). No entanto, a autora argumenta que é exatamente a dimensão sacrificial do modelo dessa cidadania neoliberal que nos permite constatar que a liberdade prometida pela radicalização do neoliberalismo não é cumprida, uma vez que torna os indivíduos cada vez mais isolados, desprotegidos e expostos às vicissitudes do capitalismo, ao experimentar um certo risco de descartabilidade permanente, que compromete até mesmo a satisfação das necessidades vitais mais básicas – como os dados acerca do aumento da população em situação de rua sem precedentes históricos nos permitem entrever.

7. À guisa de conclusão: os transeuntes estão livres para caminhar no chão do urbano contemporâneo?

Diante do exposto até aqui, concluímos que ao invés de libertar os indivíduos de qualquer forma de coerção, exploração e dominação externa, a (i)lógica da racionalidade irracional neoliberal

internaliza a dominação, a exploração e a coerção organizada na e pela logística da organização do movimento corporal mesmo nas coreografias pedestres dos transeuntes, submetidas aos sacrifícios indispensáveis para garantir a constante prosperidade da performance econômica de um país. Dessa forma, a anestésica corporal cotidiana urbana emerge nas coreografias pedestres dos transeuntes como um traço da cidadania sacrificial, que nada mais é senão a submissão voluntária à constante pressão sofrida no e pelo sacrifício de fazer coincidir liberdade e coerção, a medida em que até mesmo o ato de andar a pé pelas cidades pode vir a configurar modos distintos de auto exploração sob a forma de uma liberdade coercitiva, ou ainda, de uma livre coerção auto infligida em nome da maximização de um dado desempenho, de uma dada eficiência, de uma determinada produtividade (HAN, 2018) – tal qual a ideia de caminhabilidade nos permitiu constatar.

Ao converter o cidadão em uma partícula isolada de capital humano empreendedor de si mesmo, a noção de caminhabilidade nos possibilitou observar de que modo um dado coreopoliciamento repressivo percebido como automobilidade, auto investimento e autossuficiência, levado ao paroxismo, sacrifica nas e pelas coreografias pedestres dos transeuntes uma certa vitalidade política em nome da sobrevivência econômica. Em outras palavras: mesmo as circulações supostamente livres e autônomas dos transeuntes têm sua pretensa liberdade manipulada pelas crueldades do empreendedorismo, por meio do qual a prolatada premissa da igualdade política é transformada na ubiquidade da competitividade econômica, ao enquadrar os corpos como vencedores e perdedores elevados e derrubados no chão do urbano contemporâneo – não por acaso, ainda hoje, naquilo que chamaremos aqui de imaginário topocoreopolítico da sociedade da performance, “quanto maior a distância corporal do pedestre em relação ao chão das cidades que pisa dia a dia, mais elevada é a sua posição social” (FRESHSE, 2011).

Nesse viés, constatamos que as coreografias pedestres dos transeuntes são engendradas pela ilusão da circulação livre e autônoma, mediante à subordinação a sacrifícios compreendidos como riscos pessoais inerentes a qualquer exposição aos outros urbanos, enquanto submetem a experiência corporal cotidiana urbana sensível à lógica do investimento financeiro, ao substituir a possibilidade de estabelecer relações, encontros e convívios aleatoriamente com os outros urbanos, na e pela implementação de uma logística do movimento que obedece aos imperativos das transações comerciais compulsórias em nome da expansão da produtividade, do desempenho e da rentabilidade (LEPECKI, 2016) – o que não se deixa confundir com qualquer desafio ao poder tecnocrata, disciplinar e espetacular da administração urbana, tal qual defende Michel de Certeau em seu elogio ao ato de andar a pé pelas cidades. Conforme apontamos, a anestésica corporal urbana emerge na e pela internalização dos índices, parâmetros e métricas empresariais ao prezar, antes e acima de tudo, pelo proveito, pela segurança, pelo conforto dos interesses individuais, a medida em que as coreografias pedestres dos transeuntes passam a ser tidas como uma prática social não apenas despolitizante, mas até mesmo antipolítica quando levadas ao extremo: os transeuntes andam a pé pelas cidades morrendo de pressa, morrendo de ansiedade, morrendo de cansaço, morrendo de sono, morrendo de medo diante da sensação de estarem constantemente em risco na lida com as epidemias de uma urbanização psicopatológica – como as milhares de pessoas que foram obrigadas a continuar circulando, circulando, circulando pelo chão do urbano contemporâneo, enquanto o Brasil apresentava altas taxas de mortalidade por Covid-19 durante a pandemia gerada pelo Coronavírus, infelizmente, não nos deixam mentir.



Referências

AUSTIN, John L (1990). Quando dizer é fazer – Palavras e Ação. Porto Alegre: Artes médicas.

BASTOS, Helena (2017). Corpo sem vontade = Cuerpo sin voluntad. Revisão e tradução: Martina Altalef. São Paulo: ECA/USP: Cooperativa Paulista de Dança.

BROWN, Wendy (2018). Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. São Paulo: Zazie Edições.

BUTLER, Judith (2015). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARERI, Francesco (2017). Caminhar e parar. São Paulo: Gustavo Gili.

CERTEAU, Michel de (2008). A invenção do cotidiano: Artes do Fazer, vol. 1. Rio de Janeiro: Vozes.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência, SEDPcD/Diversitas/USP Legal, São Paulo, junho/2013. Disponível em: [Adriana_Dias.pdf](#) ([memorialdainclusao.sp.gov.br](#)). Acesso em: 12 abr. 2021.

FREHSE, Fraya (2011) Ô da Rua!: o transeunte e o advento da Modernidade em São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

GALEANO, Eduardo (2018). De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM Editores.

HAN, Byung-Chul (2017). Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes.

HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred (2013). The undercommons: fugitive planning & black study. Wivenhoe/New York/Port Watson: Minor Compositions.

HEWITT, Andrew (2005). Social Choreography: Ideology as Performance in Dance and Everyday Movement. Durham/London: Duke UNiversity Press.

IBGE. 47,2% das pessoas não se sentem seguras na cidade em que moram. 2010. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/1192890-ibge:-77-milhoes-d-e-pessoas-tem-medo-de-andar-na-rua>. Acesso em: 12 abr. 2021.

JACQUES, Paola Berenstein (2012). Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA.

LEPECKI, André (2011). Coreopolítica e Coreopolícia. Revista Ilha. v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. UDESC: Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2011v13n1-2p41>. Acesso em: 04 set. 2020.

LEPECKI, André (2016). Singularities. Dance in the age of Performance. New York. Routledge.

LUGONES, María (2003). Pilgrimages/ Peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions. Lanhan, Maryland, Rowman & Littlefield.

MARQUES, Diego (2017). Experiências Erráticas: pistas para a desobediência das performances corporais cotidianas urbanas. Dissertação de Mestrado – Instituto de Artes da UNESP, São Paulo.

RANCIÈRE, Jacques (2010). Dissensus: on politics and aesthetics. London/ New York: Continuum.

SLOTERDIJK, Peter (2004). A mobilização infinita: para uma crítica da cinética política. Lisboa: Relógio D'água.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (2001). Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade.

SENNETT, Richard (2010). Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso Edições.

SPECK, Jeff (2016). Cidade Caminhável. São Paulo: Editora Perspectiva.

VILLAÇA, Nízia (2020). A edição do corpo: tecnociência, artes e moda. São Paulo: Estação das Letras e Cores.

Resumo

À luz das teorias da performance (BASTOS, 2017; HAN, 2017; HARNEY; MOTEN, 2013; LEPECKI, 2011; 2016) em diálogo com teóricas feministas (BROWN, 2017; BUTLER, 2015; LUGONES, 2003), o presente artigo faz uma leitura crítica do elogio às caminhadas pelas cidades feito pelo filósofo e historiador francês Michel de Certeau. Ao nos afastarmos do referencial linguístico e nos aproximarmos da dimensão coreográfica, apresentamos a noção de coreografia pedestre a fim de repensarmos a politicidade do ato de andar a pé pelas cidades. Para tanto, realizamos uma breve análise das coreografias pedestres dos transeuntes, a fim de demonstrarmos como aquilo que temos chamado de anestésica corporal urbana (MARQUES, 2017) pode ser lida como um indício da implementação de uma certa logística no chão do urbano, no que tem sido denominado de Era da performance.

Palavras-chave: Coreografia pedestre. Transeunte. Anestésica corporal urbana. Era da performance.

Abstract

In light of performance theories (BASTOS, 2017; HAN, 2017; HARNEY; MOTEN, 2013; LEPECKI, 2011; 2016) in dialogue with feminist theorists (BROWN, 2017; BUTLER, 2015; LUGONES, 2003), this article makes a critical reading of the praise for city walks made by french philosopher and historian Michel de Certeau. As we move away from the linguistic reference and get closer to the choreographic dimension, we present the notion of pedestrian choreographies in order to rethink the politicity of walking through the cities. Therefore, we carried out a brief analysis of pedestrian choreographies of passers-by, to demonstrate how what we have called urban body anesthetic (MARQUES, 2017) can be read as a clue for implementation of a certain logistic on the urban floor, in what has been called the Performance age.

Keywords: Pedestrian choreography. Passerby. Urban body anesthetic. Performance age.

Resumen

A la luz de las teorías del performance (BASTOS, 2017; HAN, 2017; HARNEY; MOTEN, 2013; LEPECKI, 2011; 2016) en diálogo con teóricas feministas (BROWN, 2017; BUTLER, 2015; LUGONES, 2003), este artículo hace una lectura crítica de los elogios a las caminatas por la ciudad realizados por el filósofo e historiador francés Michel de Certeau. A medida que nos alejamos de la referencia lingüística y nos acercamos a la dimensión coreográfica, presentamos la noción de coreografía pedestre para repensar la politicidad de caminar por las ciudades. Por ello, realizamos un breve análisis de las coreografías pedestres de los transeúntes, para demostrar

DOI:10.20396/urbana.v12i0.8661142

cómo lo que hemos llamado anestésica corporal urbana (MARQUES, 2017) se puede leer como un indicio de la implantación de una determinada logística en el suelo urbano, en lo que se ha denominado la Era del performance.

Palabras clave: Coreografía pedestre. Transeúnte. Anestésica corporal urbana. Era del performance.

